



INFORMATIVO

MARÇO | 2026

podemos

SENADO



PÁG. 4

**BANCADA DO PODEMOS GANHA
MAIS UM SENADOR**

PÁG. 8

**Aprovada proposta que equipara misoginia
ao racismo**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NO SENADO

Líder do Podemos no Senado:
Senador Carlos Viana (MG)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Ismael Almeida

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Fred Raposo

Diagramação e Arte:
Augusto Gomes e Carlos Moreira

Colaboradores:
Luiz Gustavo Ferraz, Déborah Queiroz,
Yuri Age, Regis Godoi, Wagner Ulisses

SUMÁRIO

- 4** Senador Giordano fortalece bancada com luta pelos mais vulneráveis e proteção do meio ambiente
- 6** Marcos do Val apresenta projeto para estender isenção de IPI às guardas municipais
- 8** Sob relatoria de Soraya Thronicke, projeto que equipara misoginia ao racismo é aprovado no Senado
- 10** Zequinha Marinho lidera luta por diesel mais barato na Amazônia
- 12** Relatório da CPMI do INSS será encaminhado para órgãos de investigação



SENADOR GIORDANO FORTALECE BANCADA COM LUTA PELOS MAIS VULNERÁVEIS E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A bancada do Podemos conta com um novo integrante: o Senador Giordano (Podemos-SP). Nascido filho único de mãe solteira, o Senador Giordano personifica a resiliência e a determinação, que são valores fundamentais para o povo de São Paulo. Desde o seu humilde começo como vendedor de cachorro-quente, ele percorreu uma jornada marcada por sacrifícios e esforços, até chegar a ocupar a cadeira de senador da República.

Em seu mandato, o Senador Giordano tem sido voz ativa na aprovação de importantes legislações para o povo paulista e para todos os brasileiros. Suas principais áreas de atuação destacam-se na Assistência Social, onde ele tem trabalhado com firmeza no combate à fome e à pobreza, além de promover o acesso à moradia digna para os mais necessitados.

As ações não param por aí. O parlamentar também tem proposto e apoiado projetos que fortalecem a coleta

seletiva e a reciclagem, oferecendo oportunidades aos menos favorecidos enquanto contribui para a preservação ambiental.

Outro aspecto marcante de seu mandato é a firme defesa do meio ambiente, especialmente no que tange ao saneamento básico. O Senador Giordano tem sido um defensor da separação e do reaproveitamento de resíduos antes de sua disposição final, reconhecendo não apenas o impacto ambiental positivo, mas também os benefícios sociais decorrentes desse processo.

Em sua recente filiação ao Podemos, passa a exercer papel relevante no partido, assumindo a Secretaria Nacional de Relações Institucionais. Sua missão é fortalecer o relacionamento partidário, articular a interlocução entre diferentes esferas de poder e ampliar o diálogo político.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“Nosso mandato trabalha em favor da população mais vulnerável, para beneficiar aqueles que mais precisam.”



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA SENADOR

Proposta do Senador Giordano incentiva a doação de alimentos a entidades sem fins lucrativos.

MARCOS DO VAL APRESENTA PROJETO PARA ESTENDER ISENÇÃO DE IPI ÀS GUARDAS MUNICIPAIS

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) apresentou ao Senado Federal o projeto de lei (PL) 1034/2026, para estender aos municípios a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de equipamentos de segurança pública, benefício que hoje se limita à União, aos estados e ao Distrito Federal.

A proposta altera o art. 12 da Lei nº 9.493, de 1997, incluindo os municípios entre os entes federados que podem adquirir, sem incidência do IPI, itens como aparelhos de radiotelefonia e radiotelegrafia, veículos para patrulhamento policial, armas e munições. Na prática, as Guardas Municipais passariam a contar com o mesmo benefício fiscal já assegurado às polícias federal, civis e militares.

A justificativa do projeto sustenta que a legislação vigente está desatualizada. Desde sua edição, o cenário jurídico e institucional das Guardas Municipais mudou significativamente: o Supremo Tribunal Federal já reconheceu, no julgamento do RE 846.854/SP, que essas corporações exercem atividade de segurança pública; e a Lei nº 13.675, de 2018, as incluiu como integrantes operacionais

do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

“Não mais se justifica a atuação separada e estanque de cada uma das polícias e das Guardas Municipais”, destacou Marcos do Val, ressaltando que a extensão do benefício fiscal resultará em redução significativa dos custos de aquisição de viaturas e equipamentos indispensáveis ao trabalho dessas corporações, tornando o serviço público mais eficiente.

A aprovação do PL 1.034/2026 acelerará a implementação do PRO-SEG, projeto de segurança pública idealizado pelo senador Marcos do Val que traz para a segurança pública do Espírito Santo tecnologia de ponta em inteligência artificial, monitoramento e vigilância, equipamentos, armamentos e viaturas.

O PRO-SEG será implementado nos 78 municípios do Espírito Santo, a começar pela Grande Vitória. A sua primeira base de apoio da Guarda Municipal vitorienense será inaugurada na Enseada do Suá.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“Não mais se justifica a atuação separada e estanque de cada uma das polícias e das Guardas Municipais.”



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Marcos do Val propõe aumentar em um terço a pena para crimes que antecedem o feminicídio.

SOB RELATORIA DE SORAYA THRONICKE, PROJETO QUE EQUIPARA MISOGINIA AO RACISMO É APROVADO NO SENADO

O Projeto de Lei nº 896/2023, que inclui a misoginia entre os crimes previstos na Lei do Racismo, foi aprovado pelo plenário do Senado Federal, sob relatoria da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS).

De autoria da senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA), a proposta estabelece punições para condutas motivadas por discriminação ou preconceito contra mulheres e reconhece a misoginia como uma grave violação de direitos, caracterizada por ódio, aversão ou desprezo às mulheres.

O parecer apresentado pela senadora Soraya mantém o núcleo da proposição e consolida o entendimento de que a misoginia deve ser enfrentada com o mesmo rigor jurídico aplicado a outras formas estruturais de discriminação. O texto prevê a inclusão da misoginia na Lei nº 7.716/1989, a tipificação da injúria misógina, com pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa, e a criminalização de condutas como praticar, induzir ou incitar discriminação contra mulheres.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reforçam a relevância da matéria. Em 2023, o Judiciário brasileiro registrou mais de 640 mil novos processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher, além da concessão de centenas de milhares de medidas

protetivas. Os números evidenciam a persistência de um cenário de violência estrutural, frequentemente alimentado por práticas e discursos misóginos.

Na avaliação da senadora Soraya Thronicke, embora o ordenamento jurídico já conte com instrumentos importantes, como a Lei Maria da Penha e a tipificação do feminicídio, ainda há lacunas na resposta penal a manifestações de ódio e discriminação contra mulheres. “A misoginia não se limita a uma manifestação individual de preconceito, mas sustenta e legitima a violência contra mulheres. Equiparar sua repressão à dos crimes de racismo é reconhecer sua gravidade e fortalecer a proteção jurídica”, afirma.

O parecer também promove ajustes no Código Penal para evitar sobreposição de normas (bis in idem), restringindo a causa de aumento de pena por injúria contra mulher ao contexto de violência doméstica e familiar. Com isso, a injúria misógina passa a ser tratada como crime mais grave no âmbito da Lei nº 7.716/1989. O projeto segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“A misoginia não se limita a uma manifestação individual de preconceito, mas sustenta e legitima a violência contra mulheres.”



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Soraya Thronicke defende aumentar pena para crimes de violência digital contra mulheres.

ZEQUINHA MARINHO LIDERA LUTA POR DIESEL MAIS BARATO NA AMAZÔNIA

Em um cenário de instabilidade global e escalada nos preços dos combustíveis, a disparidade regional no Brasil nunca foi tão evidente. Enquanto a média nacional do diesel S-10 gira em torno de R\$7,26, moradores de estados como Pará, Roraima, Acre e Amazonas enfrentam valores que já ultrapassam a barreira dos R\$7,50 por litro. Diante dessa realidade, a Emenda nº 128 à Medida Provisória 1340/2026, de autoria do Senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), surge não apenas como uma proposta econômica, mas como uma medida de sobrevivência para as populações mais isoladas do país.

Publicada recentemente, a MP 1340/26 estabelece uma estratégia federal para estabilizar os preços através de subvenções à produção e importação de diesel, além de prever sanções rigorosas contra abusos nos postos. Segundo o Ministério da Fazenda, a combinação do corte de impostos com o subsídio direto deve gerar uma redução total de R\$ 0,64 por litro nas refinarias. No entanto, para o Senador Zequinha Marinho, essa redução linear não é suficiente para atender às particularidades do Norte.

A emenda proposta pelo senador defende a majoração da subvenção econômica para regiões distantes dos centros produtores. Zequinha ressalta que o custo logístico para levar o combustível até os confins da floresta não pode ser ignorado por uma política pública que pretenda, de fato, mitigar impactos

sociais. “A elevação do preço do diesel na Região Amazônica produz efeitos mais intensos e regressivos devido às longas distâncias e à elevada dependência do modal rodoviário e fluvial”, justifica o parlamentar.

Na Amazônia, o diesel não é apenas o combustível que move caminhões. Ele também é utilizado pelas balsas das comunidades ribeirinhas, garantindo que o alimento chegue às prateleiras. Devido às dimensões continentais e à infraestrutura precária, o frete na região é significativamente mais caro.

A Emenda 128 propõe que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) defina critérios objetivos para aumentar o subsídio em áreas onde o custo logístico é comprovadamente superior. A medida busca combater a inflação regional ao propor o barateamento do diesel na ponta, freando a escalada de preços nos supermercados locais, protegendo o poder de compra das famílias amazônicas.

A aprovação da emenda do senador Zequinha Marinho torna-se um passo fundamental para que a política de preços do governo federal ultrapasse os limites dos grandes centros do Sudeste. Dessa forma, a medida poderá alcançar com a mesma eficiência as populações do interior do Pará, do Amazonas e de toda a região Norte.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Zequinha Marinho luta para criar piso salarial para os profissionais da educação.

“A elevação do preço do diesel na Região Amazônica produz efeitos mais intensos e regressivos devido às longas distâncias e à elevada dependência do modal rodoviário e fluvial.”



“A CPMI termina, mas a investigação tem que continuar, pelo bem do Brasil.”

RELATÓRIO DA CPMI DO INSS SERÁ ENCAMINHADO PARA ÓRGÃOS DE INVESTIGAÇÃO

Presidente da CPMI do INSS, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) afirmou que o relatório de quase cinco mil páginas, produzido pelo colegiado, será entregue ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e ao Ministério Público e à Polícia Federal, para aprofundarem as investigações sobre o esquema bilionário que lesou os aposentados brasileiros.

O líder do Podemos defendia a prorrogação, por pelo menos 60 dias, do prazo dos trabalhos da CPMI para avançar ainda mais nas investigações. Inicialmente, Viana entrou com mandado de segurança no STF e obteve liminar de Mendonça prorrogando os trabalhos. Depois, porém, o plenário do Supremo decidiu, por 8 votos a 2, pelo fim da CPMI.

O relatório produzido pelo deputado federal Alfredo Gaspar pedia o indiciamento de 200 pessoas pelas fraudes nos benefícios de aposentados. O texto, contudo,

foi rejeitado pela comissão, frustrando seis meses de trabalho do relator e de toda a comissão, que investigava o esquema bilionário que prejudicou os aposentados.

“Perdemos no relatório, mas ganhamos na confiança do Brasil e na consciência tranquila de que cumprimos a nossa missão”, afirmou Viana. “Com coragem e determinação, trouxemos todas as evidências, mostrando ao Brasil quem roubou os aposentados e onde está o dinheiro”.

O senador criticou a blindagem, pelo governo, de figuras-chave da investigação, bem como decisões do Supremo de conceder habeas corpus a depoentes, o que esvaziou os trabalhos da comissão. “A CPMI termina, mas a investigação tem que continuar, pelo bem do Brasil”, concluiu o senador.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR
Líder Carlos Viana apresentou projeto que simplifica o acesso das pessoas com deficiência a políticas públicas.

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      [@podemosnos Senado](https://www.instagram.com/podemosnos Senado)

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      [@podemosnos Senado](https://www.instagram.com/podemosnos Senado)

 **podemos**
SENADO